



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
ATA AUDIÊNCIA PÚBLICA – LAJEADO
PROJETO DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS RS – BLOCO 2

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de 2025, às 10 horas, em ambiente presencial, em auditório da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES, realizou-se Audiência Pública referente à apresentação e exposição técnica do projeto de concessão dos serviços de operação, exploração, conservação, manutenção, melhoramentos e ampliação da infraestrutura de transportes das rodovias integrantes do Bloco 2 de concessões rodoviárias do Estado do Rio Grande do Sul, composto pelos trechos da Rodovia ERS-130 (km 69,19 ao km 97,27), da Rodovia ERS-129 (km 67,55 ao km 163,34), da Rodovia RSC-453 (km 0,00 ao km 29,83), RSC-453 (km 37,97 ao km 96,18), da Rodovia ERS-128 (km 13,89 ao km 30,27), da Rodovia ERS-135 (km 0,00 ao km 78,33), da Rodovia ERS-324 (km 188,12 ao km 292,13) e da Rodovia BRS-470 (km 151,5 ao km 157,6), totalizando aproximadamente 415 km de extensão, cujo Aviso de Audiência Pública Nº 01/25 foi publicado Caderno do Governo do Diário Oficial do Estado de 13 de janeiro de 2025, página 127, na edição nº 9, e no sítio eletrônico <https://parcerias.rs.gov.br/rodovias-649f2b1de5fe5>, no qual foi igualmente publicado o Regulamento da Audiência Pública.

A Audiência Pública foi instalada com a apresentação das regras da sessão. Na ocasião, foi exposto que, após a dinâmica inicial, seria aberto espaço para as manifestações orais e escritas dos participantes inscritos, sendo informado que as respostas às manifestações ocorreriam logo após o término destas. Destacou-se que as perguntas respondidas na sessão seriam atendidas no Relatório de Audiência Pública que será publicado no site www.parcerias.rs.gov.br.

Antes da fala de abertura do Sr. Pedro Capeluppi, Secretário da Reconstrução Gaúcha, houve a apresentação dos demais membros integrantes da Mesa Diretora, sendo eles o Sr. Rafael Ramos, Subsecretário de Parcerias e Concessões; o Sr. Guilherme Martins, Chefe de Departamento a Área de Estruturação de Parcerias de Investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e a Sra. Sendi Lee, Administradora na Área de Soluções de Infraestrutura do BNDES.

Ato contínuo, em fala inicial, o Sr. Pedro Capeluppi destacou o recebimento de solicitações de prorrogação do período de Consulta Pública, demanda a qual, segundo ele, será submetida ao Governador. Ademais, destacou a importância de que, de todo modo, o prazo original seja aproveitado para as discussões envolvendo o projeto sejam aprofundadas.

Na sequência, o Sr. Pedro Capeluppi realizou, com o apoio de arquivo *powerpoint*, uma apresentação geral do projeto de Concessão do Bloco 2. Durante a exposição, dentre outras explicações sobre o projeto, foram abordados, especialmente, as vantagens do modelo de Concessões de rodovias; as 32 cidades beneficiadas pelo projeto (cujas populações representam 17,5% da população total do Estado do Rio Grande do Sul); o nível de serviço a ser exigido nas rodovias do Bloco 2; os investimentos, obras e melhorias previstos no bojo do projeto; a previsão de Conselho de Usuários; as ações referentes à resiliência climática contempladas projeto; e os benefícios, inclusive de justiça tarifária, decorrentes do modelo de pedagiamento *free flow*.

Encerrada a exposição inicial sobre o projeto, o Sr. Pedro Capeluppi oportunizou a manifestação oral dos participantes previamente cadastrados para a exposição de dúvidas e contribuições relativas à Concessão do Bloco 2. Os interessados foram chamados na ordem de inscrição prévia e tiveram o período de 03 (três) minutos para manifestação, sendo reiterado pelo Secretário da



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Reconstrução Gaúcha que as respostas seriam dadas ao final do bloco manifestações.

Passando às manifestações orais dos inscritos, chamado o Sr. Ivandro Rosa, apontou a relevância de que haja diálogo com as microrregiões para aprofundamento das discussões aprimoramento do projeto, sugerindo que as administrações municipais e as entidades locais devem ser ouvidas. O inscrito ainda defendeu a elevação do aporte público no projeto e redução do valor da tarifa de pedágio, a qual, segundo ele, diminui a competitividade das empresas locais. Chamado o Sr. Loivo Dachery, defendeu que as duplicações devem ser realizadas com os valores arrecadados a título de impostos, sendo investimentos a serem executados diretamente pelo estado (se manifestou de forma contrária à Concessão). Chamado o Sr. Gelson Luis Scalco, opinou que a tarifa quilométrica de R\$ 0,23 está cara, razão pela qual entende que deve ser feito estudo para avaliar os impactos do pedágio na economia local, manifestando temor que empresas e profissionais da região se desloquem para o Estado de Santa Catarina. Por fim, criticou o agendamento da Audiência Pública no período diurno. Chamado o Sr. Volnei Zancanaro, manifestou discordância quanto ao projeto de Concessão; insatisfação pela falta de investimentos nos trechos rodoviários administrados pela EGR e criticou a carga tributária do estado (em especial de Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor – IPVA), bem como o valor da tarifa de pedágio do projeto. Chamado o Sr. Daniel Passaia, indicou ser favorável ao modelo de pedagiamento das rodovias (defendeu que não fossem pagos impostos para tanto); perguntou (i) a possibilidade de diminuição da tarifa e (ii) se haverá intervenções em regiões marginais e trevos até que haja a duplicação entre o trecho entre Encantado/RS e Lajeado; e demandou a realização de novas sessões de Audiência Pública, em especial na região “alta” do Vale do Taquari. Chamado o Sr. Amarildo, criticou que haverá o pagamento de tarifa de pedágio na ERS-128 (região de Fazenda Vila Nova) sem qualquer tipo de obra prevista na área de abrangência do município. Ademais, indicou a necessidade de realização de novas sessões de Audiência Pública para aprofundamento das discussões e criticou a instalação de pedágios eletrônicos que estará, segundo ele, dividindo o município de Fazenda Vila Nova. Chamada a Sra. Paola Teixeira, criticou o agendamento da Audiência Pública para o mês de janeiro; solicitou a prorrogação do período de Consulta Pública e manifestou concordância a mencionado o Projeto de Lei nº 42/2024 que, segundo ela, prevê o abatimento de 50% (cinquenta por cento) do valor do IPVA para veículos que utilizem vias pedagiadas. Chamado o Sr. Adelar Stefler, defendeu o modelo de pedagiamento de rodovias, todavia, demandou aprofundamento das discussões sobre o projeto, indicando que os setores de transportes e de logística são os mais afetados pelo projeto. Por fim, o inscrito defendeu a justiça tarifária propiciada pelo modelo de pedagiamento de *Free Flow*. Chamado o Sr. Luciano Moresco, defendeu a modicidade tarifária proporcionadas pelo Free Flow e questionou se haverá manutenção das praças de pedágio já existentes (se manifestou de forma contrária à manutenção). Por fim, solicitou a extensão do prazo da Consulta Pública. Chamado o Sr. Nilvo Scarpin, se manifestou de forma favorável ao pedagiamento do projeto do Bloco 2 e sugeriu que o aporte público do FUNRIGS tivesse aumento de 100% (cem por cento) no valor, para fins de redução de redução da tarifa de pedágio sem comprometer as obras previstas. Chamada a Sra. Cíntia Agostini, afirmou que aceita o pagamento de tarifa de pedágio, contudo, defendeu a redução dos valores os quais, segundo ela, representam impacto, em média, de 7,5% da renda mensal da população. Chamado o Sr. Renato Altmann, solicitou, em relação à ERS-128, na proximidade do município de Teutônia/RS, a duplicação da “via lactea”, aprimorando a chegada no trecho mais populoso do município; e criticou o fato de que, segundo ele, o projeto não considerou o contexto histórico de Teutônia, já que tende a direcionar o fluxo de veículos leves e pesados para dentro da malha urbana do município, sendo assim, solicitou melhorias. Chamado o Sr. Aldir de Bona, sugeriu, com vistas a garantir mais transparência sobre



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

aspectos técnicos da Concessão, a possibilidade de os municípios afetados pelo projeto apresentarem demandas sobre os trechos que os impactem. Além disso, sugeriu obras de transposição (as quais, segundo ele, não estão previstas) em virtude da existência de áreas alagáveis e defendeu o modelo de Conselho de Usuários, previsto no projeto. Chamado o Sr. Nelsoir Battisti, questionou o fato de, segundo ele, os moradores de Venâncio Aires/RS e Mato Leitão/RS estarem “cercados” por pedágios, sendo, assim, necessário pagar para sair do município. O inscrito ainda questionou os custos para os usuários do projeto do Bloco 2, perguntando se não seria possível praticar os mesmos valores da SACIR. Por fim, demandou investimentos no município de Venâncio Aires/RS, citando a construção de acesso elevado e ponte seca. Chamado o Sr. Adi Cerutti, criticou o modelo de pedagiamento; alegou que o município de Lajeado/RS está “cercado” por pedágios (mencionou a existência de rodovia administrada pela CCR e o projeto do Bloco 2); e questionou o valor a ser pago de tarifa de pedágio para caminhões, afirmando que tais custos refletirão no custo final dos produtos para a população. Chamado o Sr. André Gosmann, se manifestou de forma contrária ao pagamento de tarifa de pedágio, em especial por entender ser ônus tanto aos empresários quanto aos trabalhadores da região, e à destinação de recursos do FUNRIGS à Concessão. O inscrito ainda manifestou preocupação com o que denominou de “indústria da multa” decorrente do *Free Flow*. Chamado o Sr. Papparico Bacchi, comparou o pagamento da tarifa de pedágio à incidência de carga tributária; alegou que não deveria haver o pedagiamento, já que, segundo ele, as privatizações no estado deveriam ter refletido investimentos em infraestrutura; e demonstrou preocupação com eventual fuga de empresas do Rio Grande Sul para demais estados em virtude de benefícios fiscais. Chamado o Sr. Cris Costa, se posicionou de forma favorável ao modelo do *Free Flow* mas opinou não ser o momento de onerar a população com pedagiamento. O inscrito questionou o motivo de o município de Encantado/RS ter a tarifa mais cara prevista no projeto, solicitando a revisão, e indicou que, atualmente, há praça de pedágio que divide o município, solicitando que o pórtico não possua a mesma característica. Chamado o Sr. Mauro Delazari, opinou de forma contrária à cobrança de tarifa de pedágio, demonstrando preocupação com o custo do modelo especialmente para os caminhões. Chamado o Sr. Moisés Freitas, reconheceu a necessidade de obras na região do Vale do Taquari e solicitou, via ofício e em nome da Associação dos Municípios do Vale do Taquari – AMVAT, uma reunião para 17/02/2025 com a finalidade de aprofundar os debates juntos aos prefeitos. Por fim, o inscrito requereu isenção de tributos relacionada ao pagamento de tarifa de pedágio. Chamada a Sra. Daiane Maria, solicitou a prorrogação do período de Consulta Pública; alertou que o município de Cruzeiro do Sul/RS está “isolado” após as enchentes em virtude do desaparecimento de vias; e manifestou temor, em virtude do pórtico previsto no município, tanto em relação a possível sobrecarga “ainda maior” da ERS-130 (em decorrência de fugas) como a eventuais impactos no distrito industrial, o qual, segundo ela, já sofre com indisponibilidade de mão de obra – situação que seria agravada pelo pedagiamento para o deslocamento até Lajeado/RS. Chamado o Sr. Jonas Calvi, defendeu o modelo de *Free Flow* por promover justiça tarifária e manifestou considerar o projeto uma oportunidade para a região do Vale do Taquari. Por fim, revelou mobilização da região alta de Encantado/RS para análise e detalhamento do plano de obras. Chamado o Sr. Pedro Luis da Silva, manifestou que já havia solicitado a duplicação da ERS-130 e requereu o aumento do valor do aporte público, isenção aos moradores do Vale do Taquari e que a tarifa de pedágio seja paga apenas após 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos contados da conclusão das obras. Chamado o Sr. Tiago Manoel Michelin, defendeu o modelo de pedagiamento para promover agilidade e economicidade à região, sendo útil, inclusive, para transportadoras, que terão mais eficiência nos deslocamentos, influenciando a cadeia de produção. Adicionalmente, o inscrito solicitou mais recursos federais para pagamento do aporte público e, por conseguinte, diminuição dos



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

valores de tarifa de pedágio. Chamado o Sr. Renato Scheffler, indicou ser necessário o pagamento de tarifa de pedágio. No entanto, demandou a duplicação da RSC-453 até a BR-386; demonstrou temor à possibilidade de o Município de Teutônia/RS, caso não haja duplicação, sofrer com o fluxo de veículos na malha urbana e dentro dos bairros, haja vista se tratar de trecho urbano da rodovia. Por fim, o inscrito indicou que o valor da tarifa está muito oneroso à população e aos empresários e perguntou se o pagamento da tarifa de pedágio se dará por dia (passagens ilimitadas por dia) ou por cada deslocamento através dos pórticos. Chamado o Sr. Leandro Eckert, defendeu a concessão de desconto de 100% (cem por cento) do valor pago a título de tarifa de pedágio no IPVA para que não haja, segundo ele, pagamento em “duplicidade”. Ainda solicitou a disponibilização de aporte público de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos mil reais) para redução do valor da tarifa de pedágio. Por fim, o inscrito questionou o critério de julgamento não ser o menor valor de tarifa, e criticou a previsão reclassificação tarifária após as obras de duplicação. Chamado o Sr. Edivilson Brum, alegou que o projeto ideal foi apresentado pelo estado, porém, que será necessário construir o projeto possível a partir do existente. Além disso, sugeriu criação de um fundo, a ser abastecido com recursos do Imposto Sobre Serviços (ISS), para fins de redução tarifária. Por fim, requereu a prorrogação do período de Consulta Pública com o objetivo de aprofundar a discussão com a região alta do Vale do Taquari.

Ao fim das manifestações orais, indicou-se o recebimento de uma manifestação escrita para leitura, de Antônio Elizando: “Qual o critério adotado para que algumas duplicações iniciem no 3º (terceiro) e outras no 8º (oitavo) ano da Concessão? e assim como a previsão de conclusão que vai do sexto ao décimo ano da Concessão”.

Após a conclusão das manifestações orais e a leitura da manifestação escrita, a Mesa Diretora, sob a coordenação do Sr. Pedro Capeluppi, passou à exposição de esclarecimentos às questões abordadas pelas manifestações.

Acerca da questão da localização dos pedágios eletrônicos em Teutônia/RS, o Sr. Pedro Capeluppi esclareceu que haverá reunião para tratar do tema, mas frisou que lógica da escolha dos pontos de cobrança levou em consideração aspectos técnicos e de engenharia e buscou evitar separar áreas urbanas dos municípios. Nesse sentido, ressaltou a importância de se aprofundar a discussão sobre esse debate técnico, o que possibilitará adequações. Além disso, se manifestou de forma favorável à avaliação de cada município sobre as intervenções e localização dos pedágios eletrônicos.

Na sequência, o Sr. Pedro Capeluppi indicou que as demandas apresentadas serão levadas à apreciação do Governador, inclusive a que se refere à possibilidade de aporte adicional de recursos do FUNRIGS no projeto. Sobre a comparação da tarifa de pedágio com as praticadas em outras concessões (no caso, com a tarifa da SACIR), explicou que a tarifa sofreu desconto em virtude do lance da licitante, o que poderá ocorrer também no caso do Bloco 2.

Em relação à cobrança nas praças existentes, destacou-se que, a exemplo do modelo do Bloco 3, o projeto se iniciará com o funcionamento destas, as quais serão substituídas por pedágios eletrônicos futuramente.

Quanto aos pontos de alagamento, esclareceu-se que estão sendo levados em consideração no programa de resiliência climática, o qual, para além da elevação das pontes, está prevendo camadas drenantes do pavimento, com vistas a evitar a deterioração deste.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

O Sr. Pedro Capeluppi ainda sinalizou que serão analisadas as questões da reclassificação tarifária (“degrau” de 30%) e a extensão do prazo da Consulta Pública.

Por fim, quanto ao critério de julgamento do leilão, afirmou que a questão também será avaliada. No entanto, explicou que tanto a legislação como os Tribunais de Conta sugerem que, na hipótese de disponibilização de aporte público no projeto, deve-se oportunizar a oferta de deságio sobre esse valor.

Ao final da sessão, foram proferidos agradecimentos e foi declarada encerrada a Audiência Pública.

A presente ata foi lavrada com base na degravação dos registros da cerimônia realizada em vinte e quatro de janeiro de 2025, motivo pelo qual vai abaixo assinada pelo Presidente da Mesa Diretora, pelos demais representantes do Estado do Rio Grande do Sul e pelos representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, responsáveis pela apresentação técnica do projeto.

Porto Alegre, 24 de janeiro de 2025.

PEDRO CAPELUPPI
Secretário da Reconstrução Gaúcha
Presidente da Mesa Diretora

RAFAEL RAMOS
Subsecretário de Parcerias e Concessões

GUILHERME MARTINS
Chefe de Departamento a Área de Estruturação de Parcerias de Investimentos do BNDES

SENDI LEE
Administradora na Área de Soluções de Infraestrutura do BNDES